



## Fisco já reembolsou 1,5 milhões de contribuintes

**IRS** Campanha está a correr dentro do previsto, garantem trabalhadores do fisco. Acertos no imposto estão a demorar, em média, 36 dias

A Autoridade Tributária está a demorar em média 36 dias a processar as declarações de IRS e a proceder ao acerto dos pagamentos. Neste momento, foram já realizados 1,51 milhões de reembolsos, num montante global de 1,34 mil milhões de euros, mostram dados cedidos pelo Ministério das Finanças ao DN/Dinheiro Vivo. A Autoridade Tributária emitiu também 223 mil notas de cobrança que ascendem a 140 milhões de euros.

Fernando Rocha Andrade, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tinha já confirmado a entrega de 1,64 milhões de declarações na segunda fase, depois de 3,45 milhões de declarações submetidas na primeira fase. No total contaram-se 5,09 milhões de entregas de IRS. Com base nesta indicação, percebe-se que o fisco já fez chegar o acerto a pouco mais de um quarto dos contribuintes (29,6%), numa campanha que só termina no final de agosto. Rocha Andrade acrescentou ainda que 337 mil contribuintes iriam receber o seu acerto em cheque, processo que começa no final de junho, tal como no ano passado. "Está tudo a decorrer com normalidade, com praticamente todas as declarações de primeira fase já reembolsadas, cerca de três quartos", reconhece Domingues de Azevedo. O bastonário dos contabilistas certificados assume ainda que não lhe têm chegado problemas de maior, "estando o tempo médio de espera dentro da normalidade para a época". Além disso, acrescenta, "a segunda fase é em regra mais rápida por causa do pré-preenchimento" das declarações. Também Paulo Ralha, do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, assume que a campanha de IRS deste ano "está a correr dentro do esperado". Fora "o problema com as simulações nos primeiros dias da entrega da declaração [ainda na primeira fase], não houve mais notícia de problemas". No ano passado, o tempo médio de pagamento do IRS foi de 30 dias, estando este ano a média em 36 dias. O governo justifica os "seis dias adicionais" com o facto de se tratar da primeira aplicação de novas regras, "algumas das quais aumentaram a complexidade das liquidações". A.M.P.